

**UMA ANÁLISE MULTIESCALAR DA PROBLEMÁTICA URBANA EM MANAUS:
APONTAMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE¹**

**MULTISCALE AN ANALYSIS OF THE PROBLEM IN URBAN MANAUS: NOTES
FOR A SUSTAINABLE CITY¹**

Susane Patrícia Melo de Lima²

susipatricia@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PPGGEOG
Universidade Federal do Amazonas

Waldemir Rodrigues Costa Júnior²

júnior.wrc@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PPGGEOG
Universidade Federal do Amazonas

Giselane dos Santos Campos²

giselanecampos@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PPGGEOG
Universidade Federal do Amazonas

Jucélia Lima Parédio²

jucelia_paredio@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PPGGEOG
Universidade Federal do Amazonas

Raimundo Leandro Costa Dutra²

rlc_dutra@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PPGGEOG
Universidade Federal do Amazonas

Resumo: Este artigo elenca um levantamento teórico a respeito do processo de urbanização da cidade de Manaus a partir de uma análise multiescalar, ou seja, perpassando do global ao local. Isto implica tratar a urbanização como um processo desencadeado no âmago de uma sociedade sob a égide do capitalismo que se desencadeia refletindo um caráter peculiar, porém, não homogêneo a medida em que promove um *desenvolvimento histórico-geográfico desigual*. Aponta-se aqui uma análise do processo de urbanização da Amazônia com base nos Ciclos Econômicos pelos quais esta região passou, a saber, o Extrativismo Colonial, o Extrativismo da Borracha e a Zona Franca de Manaus, além de uma análise do espaço urbano de Manaus, que tem se tornado um amplo espaço de consumo. A partir da consolidação deste espaço pode-se pensar em uma cidade sustentável a despeito dos projetos estatais de intervenção urbana que, em geral, desconsideram a natureza e, por vezes a utilizam como *lobby* a um “retorno a natureza”.

Palavras-chave: Manaus; processo de urbanização; sustentabilidade.

¹ Artigo apresentado a Disciplina *Dinâmica Urbana e Mudanças Climáticas*, ministrada pela professora Dra. Magda Adelaide Lombardo, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

² Discentes de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas

Abstract: *This article lists a theoretical survey on the process of urbanization of the city of Manaus from a multiscale analysis, in other words, starting on a global scale to a local one. This implicate in deal with the urbanizations as a process triggered at the heart of a society under the aegis capitalism system who acts reflecting a peculiar character, but is also global, however this is not homogeneous because developed a Unequal Historical-Geographic Development. Here it's exhibited one of many analyses of the urban process in Amazonia based in economic cycles in which this regions has passed, such as, Colonial Extraction, Latex Extraction and the more recently Manaus Free Zone, above analyses of urban space of Manaus, that have become consume space. Starting of consolidations in space it's possible thinking in a sustainable city, when it's taken in considerations the many governmental projects of urban intervention that, in general, don't considerate the nature or the environment, and for many times use it as a "lobby" to create the illusion of "return to nature".*

Key-words: *Manaus; urban process; sustainability.*

Introdução

Este artigo objetiva fazer uma análise do processo de urbanização da Amazônia com base nos Ciclos Econômicos pelos quais esta região passou, a saber, o Extrativismo Colonial, o Ciclo da Borracha e a Zona Franca de Manaus, trazendo uma perspectiva histórico-geográfica multiescalar, partindo do global para o local. Parte-se da hipótese que tais ciclos deixaram nas cidades amazônicas marcas do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004) e que corroboraram para a atual fase que a cidade vem passando, onde se pode evidenciar permanências e transformações, precisamente, na cidade de Manaus, ora como um "retorno" a natureza e ora como degradação dos espaços.

Ou seja, Manaus passa a ser (re)valorizada pelos agentes de produção do espaço, principalmente, pelos promotores imobiliários e o Estado, contribuindo por meio de políticas públicas, para a realização de mudanças concretas no espaço urbano, como por exemplo, as intervenções ocorridas ao longo dos Igarapés por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – o PROSAMIM, concretização da Ponte Manaus-Iranduba, construção de viadutos, como ícones da mudança, do "desenvolvimento".

Projetos como estes, sejam públicos ou privados, buscam na natureza a "essência" para garantia e promoção do "bem-estar" social, carregam consigo a marca da sustentabilidade, muitas vezes como *slogan*, associando a localização

geográfica da cidade no afã de evidenciar traços de uma “cidade sustentável”, atraindo grandes eventos, como por exemplo, a Copa de 2014.

Mas como pensar Manaus face aos processos de consumo do espaço, ou espaço de consumo? Quem são os agentes ativos e/ou passivos diante deste processo? A fim de responder estas indagações, realizou-se um apanhado teórico, que possibilitou a reflexão a respeito da ação de agentes nas intervenções, na produção do espaço urbano de Manaus, bem como pensar o vivido, percebido e concebido em Manaus.

Dessa forma, num primeiro momento será abordada uma análise em várias escalas - do global para o local – para compreensão de como se deu o processo de urbanização da Amazônia, especificamente na Cidade de Manaus, mostrando como esse processo de construção se deu/dá de forma exógena. Esta problemática é ensejada a partir das transformações locais induzidas pelo global, permitindo-se pensar, em vista disso, a sustentabilidade no plano da universalidade. Pensar seu desenvolvimento de forma mais endógena, não exogenamente como sempre ocorrera.

O levantamento, seleção e sistematização bibliográfica, bem como a análise de teorias que perpassam as discussões sobre o global e o local, permeiam este artigo, para que, por uma análise teórica sob o ponto de vista geográfico, compreenda-se os principais momentos da economia da região, no intuito de se destacar quais as implicações em termos espaciais, oriundas das continuidades ou rupturas engendradas pelos ciclos econômicos em seus diferentes estágios. Neste sentido, proceder-se-á com a periodização do complexo processo de urbanização advindo dos processos econômicos, dos quais foram gerados resíduos e ao mesmo tempo novas espaço-temporalidades impostas ao cotidiano da cidade.

Nesse aspecto da discussão, aponta-se para a transformação do espaço urbano da cidade enquanto dimensão ideologicamente concebida voltada para a sustentação da lógica de reprodução capitalista, logo, erigindo-se o espaço do consumo que, por sua vez, contrapõe-se à cidade como base da reprodução das práticas cotidianas, a cidade do percebido e concebido. Isto significa dizer que, do ponto de vista do método a ser abordado nesta análise, deve-se proceder com a

ideia de que vários são aqueles que participam do processo de construção da cidade.

Esta abordagem permitirá traçar como Manaus tem sido diante das grandes transformações urbanas impostas pelo poder público, que não fogem ao plano da globalidade com que o espaço geográfico tem-se circunscrito quando se considera os modelos e símbolos de cidades difundidos pelo mundo e, nos quais, Manaus em muito se espelhou para se configurar como uma cidade, que como outras sob a égide do capitalismo, tem sido geograficamente desigual.

Isso corrobora com o esboço de um quadro da cidade de Manaus, uma cidade preocupada com o consumo, como as cidades pautadas sob a dialética capitalista, os valores de troca se sobrepõem aos valores de uso face às preocupações do Estado e da classe dominante em implementar intervenções urbanas tomando como modelo outras cidades, cujas realidades fogem às especificidades locais. Em outras palavras, tem-se como quadro uma cidade repleta de problemas urbanos (SPOSITO, 2000), estes, a serem verificados na escala do cotidiano. Isto remete a uma provocação teórica a partir da realidade local rumo ao plano da cidade na perspectiva do global, que se circunscreve de maneira tão complexa e híbrida quando se observa os lugares a partir de suas particularidades e universalidades. Ou seja, o quadro esboçado da cidade, tomando por base Manaus, remete à necessidade de se questionar se é possível haver sustentabilidade. Trata-se de uma questão não somente complexa ao nível da teoria como também da prática, logo a uma questão metodológica de como intervir na cidade sem que se aniquile as práticas cotidianas.

1 – Do global ao local: a urbanização em questão!

[...] a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações.

Maria Encarnação B. Sposito (2000, p.11)

O fenômeno urbano manifestou-se significativamente a partir do século XIX, apesar de que os registros históricos evidenciam sempre, que as cidades foram uma consequência da agricultura e da fixação do homem ao lugar, precisamente

na Mesopotâmia, às margens dos rios Tigre e Eufrates. A cidade antecederá a urbanização que se evidencia desde a Antiguidade, com um retrocesso na Idade Média e uma reativação com o renascimento do comércio e a estruturação do capitalismo.

A urbanização aparece sempre marcada paralelamente ao advento da industrialização, precisamente pós Revolução Industrial, onde se pode identificar um relativo crescimento populacional de pessoas vivendo nas cidades, concomitantemente, às atividades industriais iam se estabelecendo, quer seja nos grandes centros, como posteriormente, nos países ditos subdesenvolvidos. Para Sposito (2000, p.30), “a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo”. E neste sentido pode-se aferir que as cidades europeias e norte-americanas industrializaram-se a partir do desenvolvimento econômico do capitalismo, pelo que a urbanização surgiu como herança da sociedade industrial.

No Brasil, a urbanização está vinculada à forma como ocorreu a ocupação e o povoamento, que em primeira instância, deu início às vilas, povoados e posteriormente às cidades, bem como, aos ciclos econômicos, pelos quais o país passou possibilitando o desenvolvimento das cidades brasileiras, como as que se estabeleceram ao longo da costa marítima com economia voltada ao exterior: umas influenciadas pela mineração, outras pela cana-de-açúcar no nordeste, as vacarias do sul (SILVA, 1995, p.17), e a borracha na Amazônia.

De acordo com Rolnik (1990) em meados de 1980, o Brasil é urbano, com um percentual da população não somente concentrado nas grandes metrópoles, como por centros urbanos diversificados em escala e proporções e, ainda, com o modelo urbano-industrial e as transformações na agricultura sendo impulsionadores de tal configuração em pequenas e médias cidades, como no sul do país, com a concentração da propriedade, a mecanização e o predomínio da produção de grãos para a exportação, indutores de fluxos migratórios. No norte e centro-oeste do país têm-se as chamadas frentes de expansão, com rodovias concentrando populações em áreas de mineração, junto à polos exportadores e grandes obras de infraestrutura. E cidades como Marabá-PA, Altamira-PA, Santarém-PA, Vilhena - RO, Ji Paraná-RO passam a evidenciar que a fronteira também é urbana e se distribui ao longo de uma rede de cidades.

No caso das cidades brasileiras muitas se fazem ou refazem a partir do projeto urbano fundado na ditadura militar da década de 1960, com ênfase nos projetos de integração nacional e desenvolvimentismo integrador no país, não diferentemente, dos aglomerados que surgem associados às estratégias de cunho civilizatório.

Especificamente na Amazônia Brasileira, a despeito das imagens regionais que se fundam nas mentes humanas, de *El Dorado*, *Segundo Éden*, *Inferno Verde*, *Pulmão da Terra* e *A última fronteira*, (BROWDER e GODFREY, 2006) e que evocam as mais diversas interpretações. É possível traçar uma periodização para a realidade urbana da fronteira amazônica até o Estado do Amazonas com a sua capital, considerando significativas mudanças não somente com o período militar, mas considerando ainda, os *booms* econômicos, e antes mesmo, com as investidas de ocupação portuguesa.

2 – Passado e presente: Da Amazônia ao Amazonas – periodização do urbano

Ao nos referimos à Amazônia, somos impelidos a pensá-la como um todo heterogêneo, não mais homogeneamente como outrora. Isso porque falar de Amazônia remete ao ideário da região natural, numa perspectiva de natureza, porém, esta não é somente isso. A Amazônia também é cultura, é contraste, é conflito e isso é capaz de heterogeneizar. Neste sentido, é necessário que se leve em consideração um misto de relações que fizeram, fazem e refazem as “Amazônias” de hoje, através de diversas dimensões, diversos sujeitos, como o Estado, as empresas, as populações locais, as forças armadas que são capazes de provocar processos, mudanças, transformações, mas também, resistências, permanências...

Para chegar a esta ponderação de que a Amazônia não é um todo homogêneo, faz-se necessário falar de seu processo de urbanização, desde as primeiras ocupações até o que hoje se constitui o Estado do Amazonas, com a capital Manaus.

Corrêa (2006) traça a periodização da rede urbana da Amazônia Brasileira considerando períodos de implantação, expansão, consolidação e estagnação, o

que irá mostrar diversos fatores que propulsionaram a urbanização da Amazônia Brasileira.

Estas fases contemplam a *implantação* do Forte do Presépio, a *expansão* das expedições militares, a expansão dos fortins, a criação de aldeias missionárias (séculos XVII e XVIII) e, extração das “*drogas do sertão*” e “*disseminação*” dos aldeamentos indígenas, a *consolidação* do Estado Grão Pará-Maranhão e da Companhia Geral do Grão-Pará Maranhão, expansão agrícola com a utilização da mão-de-obra escrava, importação e exportação de produtos, a ampliação dos fortes e criação de 46 vilas (1755-1760), a criação do Diretório e a criação da Capitania de São José do Rio Negro. A *estagnação* ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX levaram a extinção da Companhia Geral e da Capitania de São José do Rio Negro, e dos Núcleos de povoamento apenas nos baixos vales (CORRÊA, 2006).

É exatamente no período de expansão que o Amazonas apresentará fortes impulsos em seu processo de urbanização, principalmente fundamentado nos moldes do extrativismo da borracha. Este período se dá efetivamente entre 1850 a 1920, onde se incrementa o sistema de transporte, eleva-se a demanda externa pelo produto com a vulcanização, e recebe-se um vasto incremento da mão-de-obra migrante, em especial vinda do nordeste do Brasil. Nesse período surgem novos núcleos urbanos na Amazônia Ocidental e ocorre a elevação do Amazonas à categoria de Província.

Há um revigoreamento nos núcleos urbanos preexistentes e uma concentração de atividades em Belém e Manaus. Mas é importante ressaltar que o extrativismo da borracha apesar de sua grande importância, não foi uma atividade urbana. Porém, após a borracha entrar em crise, dá-se início às políticas desenvolvimentistas que irão mudar o eixo de circulação, promover o surgimento de outras cidades e o aparecimento da *Company Town* e promulgar a ascensão de Manaus, com uma urbanização concentrada. Além de que ocorre a inserção das estradas, proporcionando uma complexidade na rede urbana, que outrora era mediada apenas pelas cidades ribeirinhas.

Considerando a cidade de Manaus, de acordo com Oliveira (2003a), sua primeira expansão ocorre nas últimas décadas do século XIX, expansão esta ocorrida em virtude da borracha com a criação das primeiras infraestruturas e

serviços urbanos, que se desenvolvem com uma forte ligação entre o local e o global, ou seja, muito mais ligada ao exterior do que precisamente com o próprio Brasil. E o auge da seringa marcará, a despeito de suas contradições, (MESQUITA, 2007; DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003a) o surgimento de uma cidade em processo de modernização pelos efeitos de uma economia baseada na produção agrícola, aspecto semelhante ao ocorrido no restante do Brasil, quando da transição da economia brasileira do século XIX para o século XX.

De acordo com Dias (1999) essa Manaus que se vê demonstra claramente fortes aspectos de uma cidade emaranhada com o capitalismo em voga, pois produz um espaço repleto de conflitos, segregações e contradições. Ao mesmo tempo em que evidencia a riqueza, uma cidade do poder, com uma minoria desfrutando das benfeitorias da borracha, evidencia-se também um grupo à margem convivendo com as mazelas da exclusão, marcada pelas desigualdades sociais. A implantação das novas infraestruturas era para os poucos, os transportes, o saneamento, em geral excluía a periferia. A Manaus dos teatros, cafés, era realmente para poucos.

A partir de 1950 a política de integração Nacional para a Amazônia é concebida e muito mais incrementada na década de 1960. Novas espacialidades são implementadas para servirem de concretização do plano de desenvolvimento da região sob o *slogan* do “integrar para não entregar”. Uma rede de estradas, característica marcante do período militar, coloca Manaus no eixo de circulação Cuiabá-Porto Velho-Manaus e depois Boa Vista-Caribe e, agora, passa a fazer parte da substituição do eixo fluvial para o eixo rodoviário. Isso acaba por impulsionar o surgimento de diversas cidades ao longo das estradas.

Ainda neste período, sendo o auge da urbanização em Manaus, ocorreu a implantação da Zona Franca de Manaus, também como projeto militar para desenvolver a região economicamente com o Distrito Industrial. Neste sentido, mais uma vez observa-se, semelhantemente aos países desenvolvidos, a industrialização como propulsora da urbanização.

Manaus passa a ter sua paisagem urbana modificada em virtude da grande massa populacional migrante do interior do estado, de outros estados em busca de oportunidades no distrito industrial. Surgem novos bairros, principalmente aqueles chamados de “invasão”, novas infraestruturas são implementadas e como

se referiu Becker (2006) a Amazônia é uma floresta urbanizada. A cidade de Manaus se constitui hoje, uma cidade primaz (CORRÊA, 2006) na rede urbana do Estado do Amazonas, em virtude que nela estão concentrados bens, serviços, infraestruturas e uma série de aparatos, culturais, sociais, políticos e econômicos que evidenciam uma urbanização intensa com forte poder do Estado.

3 – Economia e Sociedade na Amazônia: um olhar geográfico

A formação social da região Amazônica está intimamente ligada ao desenvolvimento de seu processo econômico, estes dois aspectos delinearam e influenciaram diretamente na configuração espacial das cidades da região. As cidades na Amazônia brasileira possuem características particulares e diversas, porém, em sua maioria o “desenvolvimento” das mesmas acompanhou os períodos econômicos pelos quais esta região passou. No caso do Estado do Amazonas, Manaus é exemplo de uma cidade que possui em sua configuração espacial as “marcas” ou “rugosidades” (SANTOS, 1978), seja pela manutenção ou destruição desses processos.

3.1 – As “drogas do sertão” e a formação de Manaus

O interesse pelas especiarias foi o que motivou, nos séculos XVI e XVII, a exploração da região amazônica. A Amazônia colonial até então quase inexplorada, mostrou-se rica em raízes, sementes, frutas e plantas com finalidades medicinais, cosméticas e culinárias. Conhecidas como as “*drogas do sertão*” a extração era realizada utilizando-se da mão de obra indígena disponível, e depois por meio de incursões pelo interior.

Ao mesmo tempo em que as missões jesuítas e os bandeirantes possibilitaram a exploração econômica da região, os mesmos foram responsáveis pela ocupação e povoação da mesma pelos colonizadores, pois estes sentiam-se inseguros diante da ameaça espanhola, assim como de outros invasores. Dessa forma, é incerto o motivo que levou a ocupação da área onde se localiza Manaus, a dúvida recai sobre esses dois aspectos: o político ou o econômico, ou ambos. Quanto ao primeiro, diz respeito à exploração dos domínios para combater

inimigos da Coroa, o segundo, se refere ao resgate dos nativos (índios) pelas missões religiosas e, é claro, também, a busca às drogas do sertão (MONTEIRO, 1971).

O Forte São José da Barra constitui a primeira fase da evolução de Manaus – a **aldeia**, seguida pela categoria de arraial com a construção da Fortaleza da Barra do Rio Negro (conhecida, também, como Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro -1669) mudando o estilo da sociedade até então vigente. No século XVII, sua localização estratégica (entre a confluência dos rios Negros e Solimões) possibilitava maiores visualizações, a fez rival da primeira capital da Comarca de Rio Negro (Barcelos). Quando nomeada de *Lugar* após diversas transferências da capital Barcelos, esta em 1832, através do Código Processo Criminal se elevou de *Lugar* à categoria de *Vila* com denominação de Manaus.

Manaus era uma vila igual a todas da Amazônia, seu índice demográfico era baixo em relação à sua dimensão geográfica, formada em sua maioria por indígenas. Manaus foi elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848, após a elevação do Amazonas a categoria de Província.

De aldeia até tornar-se cidade, Manaus se desfez de lugar hostil, ermo e pacato (com poucas casas, ruas, praças e igrejas em precárias condições) a lugar mais aprazível e com “ar de cultura mais expansiva”, com melhores construções - umas erguidas e construídas sobre o que já existia (como o teatro, a biblioteca, a cadeia, etc.). O desenvolvimento de Manaus da sua origem (aldeia) até sua configuração como cidade percebe-se girar em torno das questões políticas e econômicas dentre as quais o país passava.

3.2 – “La belle époque” de Manaus: glamour e segregação

Até o século XX, Pará e Amazonas dividem-se de forma igualitária quanto à produção da goma elástica, principalmente nas áreas do Baixo e Médio Amazonas e o alto curso tributário dos rios Purus e Juruá (FERREIRA, 2003). Essas e outras áreas da Amazônia (em sua maioria, habitada por uma minoria de grupos indígenas) começaram a ser exploradas mais intensamente para atender ao mercado mundial, avançando inclusive sobre terras bolivarianas que mais tarde (por meio de conflitos) se originaria o Estado do Acre.

De 1910 a 1912 a borracha atinge seu ápice de exportação e de valorização. Esse período do ápice do Ciclo da Borracha foi o suficiente para que os donos dos seringais ficassem milionários, tornando Belém e Manaus “belas capitais, símbolos incontestes de fausto e esplendor” (FERREIRA, 2003). Este período foi marcado pelo crescimento populacional muito grande, se contava em Manaus cerca de 80 mil pessoas. A maior parte da população e trabalhadores da borracha vivia sobre péssimas condições, dispersos e isolados, enquanto os grandes proprietários de comércios e os coronéis (seringalistas) ficavam nas cidades desfrutando e esbanjando dinheiro. Para Ferreira (2003) não é correto afirmar se houve acumulação de capital nos tempos áureos da borracha, visto que a maioria do dinheiro ganho pela exportação da goma elástica era gasta em coisa fúteis e em passeios pela Europa. Como ressaltou Ferreira:

Apenas ao governo coube a tarefa, via cobrança de impostos, de urbanizar principalmente as duas grandes capitais (Manaus e Belém) formadas no meio da floresta tropical americana. Os espetaculares teatros Amazonas e da Paz, podem ser considerados como alguns desse exemplo monumental (FERREIRA, 2003, p.23)

No entanto, Benchimol (2009) relata que é necessário desmitificar a ideia de que tal período foi tempo de aventura, desperdício e pilhagem de bens naturais, pois foram marcados por muito trabalho e sacrifício. *La Belle Epoque* na cidade de Manaus foi marcada pela ação conjunta de todos os agentes sociais que produzem e consomem o espaço (CORRÊA, 2002): os proprietários do meio de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos atuaram de forma ativa na construção da cidade, influenciando econômica, política, social e espacialmente em seu desenvolvimento.

E ao mesmo tempo em que se evidenciava riqueza, luxo e fausto, Manaus se emaranhava em um lado pouco evidente do processo, a segregação de grande massa da população escondidas e encobertas pela escassez, falta de infraestrutura básica e com equipamentos urbanos ausentes ou precários (DIAS, 1999). Um afastamento da área central, por parte dos menos favorecidos começa

a se instaurar e Manaus passa a sobreviver da aparência do *glamour* com a evidência da segregação por trás de pequenos guetos abastados. As novas espacialidades da cidade conflitam com o luxo da vitrine manauense.

3.3 – Do extrativismo à industrialização - Zona Franca de Manaus (ZFM): apogeu do urbano

Após o declínio da Borracha e várias tentativas de revigoração da mesma, o então deputado federal do Amazonas, Francisco Pereira da Silva idealizou o modelo Porto Franco de Manaus, dando origem à criação por meio do Decreto nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967, da Zona Franca de Manaus (ZFM), assinado pelo Presidente Castelo Branco. Este projeto deveria “atender” toda a Amazônia Ocidental (Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre) (SUFRAMA, 2009).

De acordo com a Suframa (2009) os primeiros anos da implantação da ZFM foram de grande proveito para os setores comercial e industrial, o setor agropecuário, o turismo de compras cresceu, principalmente, entre os turistas nacionais. Desta forma, surgiram grandes supermercados, novas lojas, bancos comerciais e de investimentos, universidades públicas e particulares, o setor de serviços foi o que mais cresceu com as crises nacionais e internacionais, além do número de desempregados. Neste ínterim, já se evidenciava em Manaus, novas infraestruturas, equipamentos urbanos, e Manaus como uma cidade de consumo, e a favelização, a violência e a falta de recursos para investir na saúde, educação e moradia, se consumavam.

Eram plausíveis as mudanças no espaço urbano, porém, estas não supriam a forte demanda populacional que diariamente chegava em busca de emprego, ou seja, não existia um suprimento das necessidades urbanas para atender a exigência da população que chegava à Manaus em busca de melhores condições de vida. Os recém-chegados exigiam, escolas, hospitais, moradia e habitação, transporte, e uma gama de equipamentos que a cidade não estava preparada para dispor.

A Amazônia, dessa forma, sempre foi vista como fonte de recursos, as tentativas de incorporá-la ao restante do Brasil, sempre a deixou à mercê das políticas nacionais de melhoria infraestrutural. Seja por meio da descrição dos naturalistas e viajantes, seja por meio de imagens da cidade no período

correspondente ou da leitura de cada estudioso, o que se percebe é que em cada tempo, Manaus (no ápice de cada um) sofre pequenas reformas e/ou transformações (talvez umas com maior destaque que outras), e isso não é diferente em outros centros urbanos.

Porém, não se pode relegar às resistências, às permanências, aquilo que sobreviverá ao tempo, ou mesmo que passarão de um tempo a outro, mostrando suas marcas. São as rugosidades (SANTOS, 1978), construção e destruição de formas e funções sociais do espaço, essas são as materializações dos diferentes tempos históricos que por meio da técnica se espacializam. O que muda é o aspecto econômico que influencia o contexto vigente em cada período de tempo. Permanece, portanto, poucos objetos e costumes, e as funções de alguns objetos se modificam.

4 – Descortinando a cidade enquanto espaços de consumo: Manaus em três dimensões – o concebido, o vivido e o percebido

A forma como as espacialidades são produzidas, construídas ou apropriadas está diretamente relacionada às intenções que os sujeitos possuem na mente e materializam nas experiências de vida, das quais o espaço se torna produto ou construção. Neste sentido, o espaço é vivido, percebido e concebido.

O vivido resulta da inserção do ser no mundo, daí delineando-se o mundo vivido, plenamente constituído de valores, sentimentos e afetividades que existem antes da ciência (MERLEAU-PONTY, 1996). Para Tuan (1983) e Paul Claval (1997) as percepções e experiências vividas do sujeito são modeladas por esses aspectos culturais e mais os ambientais previamente instituídos em sociedade.

As percepções e experiências vividas variam em virtude da condição social de cada sujeito, daí existirem normas que se remetem, por vezes, à instância do concebido no espaço, isto é, são oriundas exatamente dos sujeitos e grupos sociais detentores do poder ou de uma representação (política e econômica) capazes de imporem regras na cidade, logo, de controlar e impor a sua ideologia (do consumo, por exemplo) aos lugares. Daí, Carlos (1996) salientar que a cidade é meio, produto e condição para a reprodução da vida em sua multiplicidade, tornando-se possível compreender que a cidade é permeada, entre outras funções, de espaços de consumo e o consumo se constitui em espaço.

O terceto da apropriação, produção e construção da cidade ou dos inúmeros lugares multifuncionais (vivido, percebido e concebido que se interpenetram e ao mesmo tempo podem se contradizer), se (re)configura a partir de continuidades e descontinuidades oriundas das ações da sociedade num dado contexto histórico e geográfico. As ações correspondem, entre outros aspectos, a uma técnica, mas podem ser também percepções e experiências vividas.

Observa-se que o surgimento da Zona Franca de Manaus representou um novo momento histórico do ponto de vista econômico, do qual resultou uma série de transformações em Manaus. A industrialização trouxe à tona o desaparecimento não só de costumes, hábitos culturais e modos de vida, como também sinalizou a refuncionalização de objetos e espaços de períodos pretéritos sob a lógica do consumo e da mercadoria (COSTA JÚNIOR, LIMA e ALVES, 2010).

Inúmeros lugares em Manaus (palco do usufruto do lazer pela população), foram gradativamente (re)significados para atenderem à intensificação da lógica do capital ditada pela era da modernização industrial. Foram anunciadas profundas transformações, cujos símbolos da industrialização tem sido o automóvel e a televisão. Para Carlos (1996), o automóvel marcou o adensamento das ruas e ao mesmo tempo a retirada das cadeiras ao longo dessas vias públicas não só nas metrópoles como também em cidades como Manaus, cujos laços de vizinhança foram quebrados ainda pelas ideologias disseminadas pela televisão.

A área do centro histórico de Manaus demonstra como nesta cidade valores de troca passaram a se sobressair em lugares como a Praça da Polícia, o Café do Pina, o Colégio Estadual e o Cinema Guarany que representavam em conjunto, o palco dos acontecimentos sociais e das manifestações culturais que permearam a vida na cidade. A Praça da Polícia funcionava como o lugar do encontro, das trocas de conhecimentos e de, por exemplo, *matar as aulas*³ pelos alunos do Colégio Estadual, da espera das pessoas que buscavam assistir a próxima seção de filme no Cinema Guarany. A Praça da Polícia nos finais de semana, por sua

³ Essa expressão significa, popularmente, deixar de assistir à aula na escola para fazer outras atividades.

vez, era bastante procurada por pessoas interessadas em prestigiar os eventos culturais que nela eram realizados, ao passo que durante a semana os alunos aguardavam o sinal para o começo das aulas. O café do Pina localizado na mesma praça servia aos transeuntes e frequentadores da praça (alunos e professores do Colégio Estadual, além dos que iam em busca das sessões no Cinema Guarany) (AGUIAR, 2002).

Aguiar (2002) menciona que a Avenida Eduardo Ribeiro, palco da circulação de veículos e comercialização de mercadorias em suas calçadas, possuía lugares voltados à prestação de serviços (jornais), de lazer e diversão (bares, cinemas, diversão e caminhada), ou seja, significava uma extensão do lazer da Praça da Polícia, tendo sido palco de grandes eventos culturais (carnavais e manifestações políticas).

Esses espaços sofreram profundas transformações no que diz respeito ao cotidiano das pessoas em virtude da instalação da Zona Franca de Manaus em 1967. A avenida Eduardo Ribeiro passou de espaço de lazer e de manifestações culturais a um espaço da disseminação do consumo.

Diversos lugares ou formas espaciais pretéritas tiveram de acomodar essas funções seja através de sua destruição e construção de novas formas seja através da remodelação desses espaços com a implementação de bancos e lojas que celebram o lucro e o consumo. Desse processo não escaparam os cinemas, como foi o caso do Cine Guarany que foi destruído e no seu lugar implantada a agência do Banco Itaú. Aguiar (2002, p. 71) destaca que “daquele período, apenas o espaço geográfico permanece. A construção é outra, talvez mais bonita e moderna, mas o sentido e as suas finalidades não correspondem a do pretérito. [...] Seu objetivo deixou de alegrar o espírito, a alma, mas talvez alegre o bolso, de alguém.”

Portanto, a área central de Manaus passou por transformações ora imprimindo funcionalidades que se remontam à lógica da mercadoria e do consumo ditados pela sociedade industrial ora imprimindo novas relações sociais como, por exemplo, o estranhamento entre as pessoas e a aceleração dos ritmos dessa cidade (COSTA JÚNIOR, LIMA e ALVES, 2010). Além do centro histórico de Manaus, outros lugares passaram a ser implantados para disseminarem a ideologia da sociedade industrial.

4.1 – A Manaus do consumo e o consumo das inúmeras Manaus

As praças e os cinemas que simbolizavam palcos por excelência dos valores de uso ou ainda simbólicos, afetivos e pontos da celebração dos modos de vida e costumes locais em Manaus, estavam ressurgindo, só que dessa vez, sob a lógica do consumo em espaços ainda maiores como os *shopping centers*. Estes espaços têm seduzido as pessoas de forma a regulamentar o consumo exacerbado, como tem verificado Simão (2007) para o caso de Portugal, erigindo mudanças de comportamento e percepção da população.

Assim, esses lugares “são bonitos, seguros, concebidos para facilitar a vida às pessoas, são espaços de lazer, ponto de encontro, onde se pode assistir a um filme ou tomar uma refeição” (SIMÃO, 2007, p. 4 e 5). Desses lugares decorre uma diversidade de comportamentos das pessoas que, ao tomarem os referidos espaços como pontos de consumo, modificam seus hábitos comportamentais ou as suas percepções em que as necessidades são remodeladas, ou ainda, como destacam Tavares e Irving (2007) citando Featherstone (1995), a partir do consumo são produzidos estilos de vida.

Os espaços de consumo em Manaus como é o caso também dos parques de lazer, áreas comerciais, praças de alimentação, entre tantos outros, têm permitido ainda vantagens locacionais àqueles que vivem próximo desses espaços consolidando o mercado da especulação imobiliária.

Por outro lado, Manaus se torna um amplo espaço de consumo, em que um comércio informal de mercadorias tem sido disseminado pelas ruas da periferia da cidade, principalmente como uma avalanche, tornando-as territórios do consumo.

De acordo com Simão (2007), os amplos espaços de consumo, como é o caso dos *shoppings centers*, têm sido concebidos com diversidade e alta densidade de bens e serviços. Para Tavares e Irving (2007), o *shopping center* produz não apenas a imagem de segurança e de uma estética agradável, mas sua arquitetura é concebida sem se preocupar em revelar a noite ou o dia, cujas vitrines nada mais são do que os espelhos face ao fato de que, em virtude dos pisos escorregadios, as pessoas andam vagarosamente de forma a verem os produtos, da última moda disseminadas pelo mundo, em tais vitrines.

Bauman (1998; 1999) destaca que a vida é direcionada pelo e para o consumo, e a liberdade conferida ao indivíduo em sociedade é de ser livre para escolher politicamente o seu papel de consumidor. Em Manaus assim como em várias cidades, o espaço é concebido ao viver da população no consumo, emergem novas formas de se comportar e experimentar a cidade e ao mesmo tempo de remodelar ou aniquilar hábitos e costumes definidos no cotidiano da população e ainda erige-se o “consumo como um valor cotidianizado do fetiche e do prazer” (TAVARES e IRVING, 2007, p.94).

Os espaços de consumo em Manaus se prestam a lançar essas últimas novidades nas vitrinas de lojas, *shoppings centers* e centros comerciais e ainda nas prateleiras de hiper e supermercados. Todavia, nem toda a população detém o privilégio do consumo, haja vista que os lugares de consumo, como ressaltam Tavares e Irving (2007), já são lugares previamente controlados sob o ponto de vista do capital. Os lugares do consumo são destinados a quem detém o poder de adquirir um bem ou uma mercadoria. Portanto, o vivido e o percebido em Manaus coexistem ou são produzidos também a partir da lógica do consumo e das mercadorias que fazem parte da instância do concebido no espaço pelo capital.

5 – Para onde caminha a sustentabilidade urbana em Manaus?

Cabe analisar a experiência da “metrópole” manauense à luz da sustentabilidade urbana apontando alguns elementos e circunstâncias que nos permitem destacar como foi pensando o urbano em Manaus de ontem, hoje e de amanhã pelos seus principais governantes.

Ao recorrer a autores como Oliveira (2003a), Salazar (1985), Mesquita (2006) observa-se que as principais políticas de intervenção urbanística e arquitetônica do Governador Eduardo Ribeiro, no período áureo da Borracha tiveram como ideia principal a negação da natureza/paisagem amazônica e, as características climáticas e biofísicas da região, incorporando novos elementos e valores nas relações que a população local mantinha com o lugar, isto é, o espaço urbano foi sendo produzido a partir de novas representações.

A adoção da arquitetura europeia se materializou nas principais obras de infraestrutura e dos monumentos construídos, principalmente, na área central da

cidade de Manaus e, um urbanismo exógeno em detrimento do recorte ondulado do terreno e dos canais de igarapés, que acabaram por ter sua geometria, forma e, funcionalidade, significativamente alterada, conforme a bibliografia supracitada.

Sobre essas transformações no espaço urbano de Manaus, Daou (1998, *apud* Oliveira, 2003b) ressalta que as obras da administração de Eduardo Ribeiro, e mesmo as que tem sido realizadas posteriormente, alteram a concepção do espaço urbano em sua relação com a natureza.

No início da segunda metade do século XX, um enclave territorial induzido por incentivo e financiamento do Estado foi instalado em Manaus, no caso a Zona Franca de Manaus, esta, ao passar dos primeiros anos adquire uma dimensão extraordinária na transformação e fragmentação do espaço urbano de Manaus, produzindo uma paisagem de segregação espacial bastante expressiva.

Manaus no período que vai desde a criação da Zona Franca aos dias atuais, foi produzida a partir de duas perspectivas: a) a cidade do Estado, na qual o seu processo de urbanização e urbanismo tem sido conduzido mediante a engenharia de outras regiões, que na sua maioria estão inseridas em ambientes com condições geográficas distintas do terreno em que está assentada Manaus, sem a preocupação com as particularidades inerentes a uma região tropical entrecortada por igarapés e floresta. Observa-se que as políticas urbanísticas da década de 80 até os dias atuais, priorizam o cimento, o asfalto e introdução de espécies de outras regiões como plantas de arborização e paisagismo das principais obras e projetos arquitetônicos; b) por outro lado, nota-se uma cidade da sociedade, espontânea ou *ilegal* no dizer de alguns, não é como preferimos dizer.

Com a ausência de condições de melhor habitabilidade ou de infraestrutura, os menos favorecidos se veem forçados a procurarem, hoje, os locais mais distantes da cidade, as “novas frentes de ocupação”, para com precariedade construir novas moradias em detrimento dos fragmentos florestais, que nesse processo são extirpados do solo, sem a mínima precaução por parte dos que ocupam.

O PROSAMIM - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – projeto financiado pelo BID e desenvolvido pelo Governo do Estado, ainda em andamento, utiliza como justificativa a necessidade de revitalização e recuperação socioambiental dos principais igarapés que entrecortam a área

urbana de Manaus, que nas últimas décadas se constituíram como palco de um intenso processo de ocupação pela população menos favorecida como reflexo da ausência de políticas de habitação e assistência social. Os igarapés que entrecortam a cidade são desde tempos idos, considerados entraves ao urbanismo em Manaus. Agora, sujos, fétidos e sem condição de salubridade é necessário torná-los ambientalmente limpos, salubres, com uma natureza recuperada, revitalizada.

Um momento muito peculiar se desenrolou em torno da avaliação e seleção das cidades, que porventura, seriam sede dos jogos da Copa de 2014. Presenciou-se mais precisamente, durante todo o ano de 2009, todos os representantes políticos do Estado, da extrema direita à esquerda radical, bem dispostos no trabalho de divulgação da cidade de Manaus, no que se refere a defender a relevância de que esta pudesse ser escolhida para sediar os jogos.

Perante esse processo toda tática foi bem-vinda por parte dos eminentes representantes do Estado, e o apego à natureza imperou, nesse momento, através da ideologia de conservação das florestas, e o apego à temática do desenvolvimento sustentável, através da política ambiental empreendida reafirmou-se o aspecto diferencial a cidade de Manaus, ante as cidades cotadas como concorrentes, como o caso de Belém do Pará. A escolha e divulgação do *slogan* “Copa Sustentável” foram fundamentais para arrebataram os olhares dos avaliadores.

A intenção aqui não foi apresentar as transformações que esses projetos urbanísticos refletirão na cidade de Manaus, mas sim, alguns questionamentos sobre para onde caminha a sua sustentabilidade urbana, levando em consideração estes projetos de intervenção. Nota-se que se tem adotado um caminho muito próximo do que poderíamos citar como um “retorno à natureza”, quanto se analisa o discurso e os elementos incorporados como questões norteadoras destas políticas, como por exemplo, a preocupação com a gestão do meio ambiente urbano e a sustentabilidade da vida na cidade.

No entanto, é fundamental o cuidado na análise desse processo de redefinição de políticas públicas para a cidade de Manaus, já que antes de serem políticas locais, as mesmas passam pelo “crivo” de orientações das agências multilaterais internacionais, como o caso do BID.

Para responder se Manaus caminha rumo à sustentabilidade, paira o receio de que tal aspecto seja apenas utilizado como fundamento dos argumentos e não como prática. Não se pode negar que muitas discussões tem se engendrado na sociedade, porém o que se tem esperado de fato, são práticas que conduzam os que vivem, concebem e percebem Manaus a entenderem as práticas como estilo de vida, como substituição de estilo degradante não só para o ambiente como para a qualidade de vida, por um estilo salutar, integrador da totalidade social, quer seja, aspectos econômicos, culturais, sociais, políticos e ambientais.

6 – Referências Bibliográficas

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60**. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2002. (Série Em Busca da Identidade Regional).

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECKER, Berta K. **Amazônia geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. 3ª. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian. **Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. 1ª ed. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BUTTNER, Anne. **Aprendendo o Dinamismo do Mundo-vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. Séries Princípios. São Paulo: Editora Atica, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; LIMA, Susane Patrícia Melo de; ALVES, J. A. **Inovações urbanas e Manaus: refuncionalizações e resignificações a partir da Zona Franca de Manaus.** Manaus: no prelo, 2010.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920.** Manaus: Valer, 1999.

FERREIRA, Márcio Alexandre Moreira. **O Desenvolvimento do Capitalismo em Manaus.** Manaus: EDUA, Cultura: Edições Governo do Estado, UEA, 2003.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: LOYOLA, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MESQUITA, Ottoni Moreira de. **MANAUS: História e Arquitetura – 1852- 1910.** 3. ed. Manaus: Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus.** Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967.** A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 2003a.

OLIVEIRA, José Aldemir *et al.* **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares.** Manaus: Ed. EDUA; Universidade Federal do Amazonas, 2003b.

ROLNIK, Raquel. **Morar, atuar e viver.** Revista Teoria e Debate. N 9. Jan/Fev/Mar, 1990.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus.** 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 1995.

SIMÃO, José Joaquim dos Santos. **Novas Dinâmicas de Consumo.** Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Coimbra, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SUFRAMA. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Histórico da Zona Franca de Manaus**. 2009. Disponível em <<http://www.suframa.gov.br>> Acesso em 13 de Junho de 2009.

TAVARES, Fred; IRVING, Marta de Azevedo. Do sólido ao líquido: consumo, logo existo? **Comum** - Rio de Janeiro - v.13 - nº 29 - p. 90 a 116 - julho /dezembro 2007.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p. Título original: Space and Place: The Perspective of experience.